

Entrevista de José da Silva Lopes: a economia e as finanças portuguesas desde Maastricht (Lisboa, 23 Outubro 2007)

Source: Interview de José da Silva Lopes / JOSÉ DA SILVA LOPES, Miriam Mateus, prise de vue : François Fabert.- Lisbonne: CVCE [Prod.], 23.10.2007. CVCE, Sanem. - VIDEO (00:06:58, Couleur, Son original).

Copyright: Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/entrevista_de_jose_da_silva_lopes_a_economia_e_as_fincas_portuguesas_desde_maastricht_lisboa_23_outubro_2007-pt-af9c5ad6-d321-44be-b3f5-fe968c19b93c.html



Last updated: 04/07/2016

Entrevista de José da Silva Lopes: a economia e as finanças portuguesas desde Maastricht (Lisboa, 23 Outubro 2007)

[Miriam Mateus] Em relação aos critérios de convergência impostos pelo Tratado de Maastricht, será que estes são vividos como um constrangimento, como uma obrigação ou, pelo contrário, como uma oportunidade para rectificar, digamos assim, a economia portuguesa?

[José Silva Lopes] Bem, isso, como sabe, depende muito das opiniões. A minha é que esses critérios, nomeadamente no que diz respeito ao chamado «critério de Maastricht» sobre o défice orçamental, são bem-vindos. Eu penso que é um interesse nosso ter disciplina orçamental, é do interesse da economia portuguesa ter disciplina orçamental. Por outro lado, receio que, sem algum constrangimento externo, nós não tenhamos a capacidade política de seguir essa disciplina orçamental, portanto se alguém nos obriga... Por mim, já que não há outro remédio, que alguém nos obrigue. Estou de acordo com os «critérios de Maastricht» e, volto a dizer, eu gosto que eles sejam cumpridos, não por causa de cumprir os critérios, mas porque isso é do interesse da economia portuguesa.

[Miriam Mateus] E em relação à situação do défice excessivo que existe em vários Estados-Membros, o senhor doutor acha que todos os países são tratados de uma forma igual? Ou existem por vezes alguns favores?

[José Silva Lopes] Bem, isso, eu não conheço suficientemente. Eu devo dizer que não tenho acompanhado bem como é que a administração... Eu penso que agora não há grande razão para queixas. No passado, havia de facto muita cosmética no cumprimento dos objectivos de Maastricht, cosmética que foi aprovada em Portugal, foi aproveitada em Portugal e que tivemos entre 2002 e 2005 de uma forma em meu entender excessiva. Mas, segundo o que me dizem, não foi só em Portugal, foi também noutros países, em muitos outros países. E até países que normalmente as pessoas não associam a práticas destas. Quer dizer, houve países do sul, mas também houve países do centro, daqueles muito respeitáveis que também fizeram disto. É o que me dizem.

Portanto, custa-me um bocado aprovar essas políticas em relação a Portugal, mas a única desculpa que eu encontro para que elas em Portugal tenham sido seguidas é porque os outros também faziam. Mas pelos vistos, segundo o que me dizem agora, isso já não é possível e ainda bem. Mas que se fizeram grandes abusos, fizeram. Agora, por aquilo que me dizem, não fomos nós que começamos a enganar ou a fazer cosmética à volta dos «critérios de Maastricht», foram outros países e alguns deles muito respeitáveis.

[Miriam Mateus] Na qualidade de economista e presidente de um grande banco português, qual é a sua posição em relação aos últimos aumentos da taxa directiva imposta pelo Banco Central Europeu? Que repercussões é que ela tem na economia portuguesa?

[José Silva Lopes] Bem, eu, provavelmente porque sou um economista muito à moda antiga, não sou um grande entusiasta por esta ideia do Banco Central Europeu só olhar para a inflação. Eu sou da opinião de que o Banco Central Europeu deve ter um objectivo mais largo, não deve olhar só para a inflação. Mas eu tenho verificado que o Banco Central Europeu, apesar de isso ser o que lá está escrito, quando chega ao momento da verdade, olha também para os outros lados.

E portanto, de uma maneira geral, não critico o Banco Central Europeu por aquilo que tem feito. Acho que as taxas de juro que o Banco Central Europeu tem mantido são razoáveis, até – embora isso não seja bom nem para o meu banco nem principalmente para os nossos clientes –, acho que as taxas do Banco Central Europeu até foram relativamente baixas. Bem, mas isso, também no contexto mundial foram boas.

Eu, de uma maneira geral, aprovo a política do Banco Central Europeu. Não aprovo os princípios, mas aprovo a política. Acho bem, acho bem a política que eles têm seguido. Agora volto a dizer, se amanhã houver um grande problema de desemprego na Europa, ou coisa parecida, acho que eles... Mas acho que eles vão adiante apesar de tudo, não devem olhar só para inflação.

[Míriam Mateus] E em relação à economia portuguesa?

[José Silva Lopes] Bem, o Banco Central Europeu não pode estar só a olhar para economia portuguesa, isso aí é uma inevitabilidade. Quer dizer, o Banco Central Europeu não pode ter taxas diferentes para a economia portuguesa e para a economia alemã. E também é natural que quem está no Banco Central Europeu, quando pondera qual é a taxa de juro adequada, dê mais peso – eu não quero dizer que o Banco Central Europeu siga só a taxa de juro alemã, também tem que olhar para a taxa de juro portuguesa; agora se der um peso de 20% à alemã e um peso de 2% à portuguesa, o que é que a gente há-de fazer.

A vida é assim, ou melhor, a economia é assim. O Banco Central Europeu não está ao serviço de nenhum país em particular, está ao serviço da Europa toda. Se os pequenos países têm ou não o peso devido... às vezes, eu penso que deviam ter mais. Por exemplo, sei lá, no Banco Central Europeu há membros permanentes e membros rotativos; eu acho que deviam ser todos rotativos, embora os países maiores com uma rotação muito mais lenta do que os pequenos, uma rotação muito lenta, sem dúvida nenhuma, e os pequenos uma rotação muito rápida. Agora o que é certo é que uns não têm rotação nenhuma. E, eu, essa parte devo dizer que me custa aceitar.

Aliás, ainda agora se viu a propósito do caso da Polónia nestas negociações. A Polónia conseguiu ganhar, não sei se foi no Tribunal de Justiça, conseguiu lá um lugar permanente. Bem, eu acho que não os posso censurar por isso. Se os Espanhóis têm porque é que eles não hão-de ter também? O mal está em que haja lugares permanentes. Eu acho que provavelmente a Alemanha devia ter uma rotação só de 20 em 20 anos, enquanto que Portugal devia ter uma de ano a ano, qualquer coisa assim do estilo. Mas os Alemães também deviam ter uma rotação. Que haja lugares permanentes, eu devo dizer que não acho nada democrático.